



## **Memória da reunião da comissão, encontro de 05 de junho de 2024.**

O 3º encontro da CEIEV, aconteceu no dia 05 de junho de 2024, no Palácio das Araucárias, na sala de gestão, com início às 14:00 horas, em formato híbrido, com participações online e presenciais.

Juliana M. Sabbag, realiza a abertura da reunião, agradecendo a presença e dando as boas vindas a todos. Agradeceu a presença da comissão de Londrina e complementou, explicando que a regional fará uma explanação a respeito do seminário de enfrentamento às violências realizado pela mesma.

Juliana inicia a chamada, dos membros da comissão, A SEJU, na pasta dos direitos humanos, estava ausente e já tinha justificado a ausência antecipadamente. Seguindo com o registro de presença da assistência, com a senhora Patrícia, que solicita a palavra, para expor a troca de representação da política de assistência especial, agora sendo a titular da pasta a senhora Fernanda.

Participando presencialmente, a senhora Fernanda tem a palavra e por sua vez, inicia sua apresentação pessoal. Continuando com a chamada, registrando a presença da saúde, SETI, TJ, MP, HPP, trilhas do afeto, AMEC e amigos do HC e ausência da educação e segurança pública, cultura e esporte, socioeducativo, OAB, CTs e fórum dca, seguindo para a aprovação de pauta.

Após a exposição da pauta (doc em anexo), Nadir complementa, explicando a dificuldade da região, em registros no Sinan, solicitando à comissão, realizar uma nota orientativa a respeito desta dificuldade e colocando aos municípios a obrigatoriedade deste registro. Seguindo com a palavra para a Patrícia, que completa, trazendo que esta orientação pode contemplar também os sistemas da pasta da assistência como: CREAS e RMA.



Com início o 1º ponto de pauta, a explanação da regional de Londrina, com a palavra a senhora Michele, que agradece e cumprimenta os demais participantes. Iniciando sua fala com o panorama da organização da comissão de Londrina, e apresentando os membros participantes da comissão regional de Londrina. Seguindo, expondo que em 2024 realizaram o 6º seminário da CREV, com a participação de 360 pessoas, de 51 municípios, do NR e da IARA de Londrina. O seminário teve a intenção da retomada das comissões regionais adormecidas no período de pandemia, trazendo foco para saúde, educação e assistência, comentando que os seminários têm participações muito ativas. A 6ª edição do evento contou com a superação de temas repetitivos e abordou 3 temas principais: Crimes cibernéticos, importância do trabalho em rede, com apresentação do defensor público Dr. Fernando e tipos de violência e como identificá-los. Para além do seminário, Michele complementa colocando sobre o trabalho e desafios da comissão, mas como ela enxerga o trabalho da mesma como um passo de avanço e solicita o apoio da comissão estadual para a continuidade das atividades.

A CREV ainda aponta a respeito de uma ação intersetorial, em parceria com a saúde, que teve a finalidade de discutir a ficha do SINAN e a notificação compulsória. Colocando em exposição também a questão de inúmeras demandas, recebidas pela CREV, a respeito do depoimento especial, uma vez que muitas comarcas não possuem o profissional habilitado para tal. A comissão regional realizou junto ao Consij uma pesquisa, que resultou em um parecer técnico, muito pertinente o qual a crev propõe, que o mesmo seja disponibilizado aos demais municípios e comissões regionais.

Com a palavra a senhora Angela, representante do Consij e Juliana explicam a respeito do referido documento e da possibilidade de disponibilização. Juliana finaliza ressaltando a importância dos levantamentos explanados pela crev, expondo que retomadas e assuntos já abordados, devem sim serem retomados,



trazendo novas explicações e reflexões, principalmente no que desrespeita a fluxos e trabalho em rede e seguindo.

Com a palavra Fábio, psicólogo da Defensoria Pública de Londrina e membro da comissão regional de Londrina, que questiona a respeito do fluxo, como a comissão regional deve seguir, na resolução de dúvidas, como a situação citada anteriormente, com o Consij. Juliana o responde, que os órgãos de atuação devem, devem priorizar de forma absoluta o melhor atendimento à criança e adolescente, alguns assuntos exigem sim trâmites com maiores formalidades, porém, quando for possível as comissões podem atuar enquanto pares e dar andamento de forma ágil às demandas, de forma interdisciplinar.

Seguimento para o ponto 2. Atualizações na aba de site da CEIEV. Juliana com a palavra, sugere que o site conte com documentos normativos, os quais já estão disponíveis no drive da comissão. Mas que fiquem disponíveis na aba, documentos formativos, como o parecer técnico do Consij, citado anteriormente. E finaliza, solicitando que os colegas membros mandem os materiais, que julgarem pertinentes para a disponibilização. E explicando que as comissões regionais podem demandar ao CEDCA, para inúmeras questões, bem como a disponibilização de recursos para tais, comentando que as comissões são articulados e podem sim estruturar demandas maiores, como a citada para órgãos como o CEDCA. Com a palavra Michele de Londrina, exalta a importância de tal proposta.

Juliana complementa, lembrando de uma ideia dentro da CEIEV, com a possibilidade de um encontro presencial com todas as CREVs do estado, e como isso demandaria recurso. José Wilson e Juliana, finalizam, contemplando a necessidade de um planejamento, levantamento de boas práticas e organização, das CREVs e CEIEV para estruturação de demandas futuras.

Seguindo para o ponto de pauta 3. a respeito da campanha estadual. Juliana



traz uma linha do tempo a respeito da campanha e seus encaminhamentos, disponibilizando a prévia de cronograma de postagem de material, junto a comunicação da Sedef.

Seguindo para o ponto de inclusão de pauta, a respeito das notificações do Sinan. Nadir com a palavra, sugere a que saúde faça um levantamento a respeito da notificação, para que possa acontecer um encaminhamento à câmara de garantias do CEDCA. Carla representante da Sesa, com a palavra, que explicita a obrigatoriedade da notificação em todos os casos de violação de direitos. Já a notificação do Sinan é usada no âmbito da saúde, porém essa notificação foi ampliada para outros setores da garantia de direitos, como assistência, educação, CTs, uma vez que o Sinan não tem o objetivo de denúncia, mas sim de coleta de dados.

Carla explica que o sinan complementa outros sistemas, não sendo possível unificar dados, mas sim complementar. Sendo possível ter um panorama regional (por regional de saúde). Amalia Regina com a palavra, complementa que alguns sistemas não funcionam de forma tão efetivas e que os diversos sistemas, nos diversos setores da rede de proteção complementam os dados.

Amália conta que na regional de Maringá, é obrigação de toda rede fazer preenchimento, sendo ela um instrumento importante, para refletir uma certa realidade. Comenta também que a regional criou uma ficha de comunicação específica para violências, que é complementar aos outros sistemas de registro, a ficha conta um relato sigiloso, em plataforma on-line, essa ficha abre apenas para o profissional indicado, com assinaturas, evitando vazamento de dados. Amália ressalta que a ficha Sinan apresenta sim dados sigilosos, em virtude desta informação, sugere que nova reflexão a respeito dos pedidos de divulgação.

Carla ressalta, que a ficha Sinan realmente traz dados de extremo sigilo, reforçando que este ponto deve ser sim observados e respeitados no uso da ficha



os demais atores da rede, trazendo a importância do sigilo e da responsabilidade no uso dos dados, seguindo os encaminhamentos sugeridos pelo ministério da saúde.

Elen, conselheira tutelar de Londrina, com a palavra, explana sua concordância com as palavras de Amália e complementa, que Londrina tem uma experiência diferente em relação a ficha Sinan, sendo: a ficha incorporada aos documentos obrigatório de notificação, fazendo parte do caderno orientativo de enfrentamento às violências, com um comitê, que estabeleceu um fluxo, onde toda a rede se comunica com o CT via ficha Sinan, a ficha pontua, “leve, moderado e grave”, ressaltando que o fluxo está funcionando muito bem, servindo como uma notificação e epidemio, a qual fica detentora de tais dados. Em relação ao SIPIA, Elen comenta que houve uma mobilização dentro do CMDCA, que trouxe melhor condição e efetivação do uso do sistema, se colocando à disposição para disponibilizar o material que estabelece o fluxo comentado.

Carla, trás 2 perguntas dos participantes e complementa a informação, explicando que alguns municípios utilizam a ficha Sinan adaptada. Nadir com a palavra, resalta que sua solicitação em relação ao acesso à ficha Sinan, se dá no conhecimento de números e não informações específicas e sigilosas. A fim de cruzar números em diferentes sistemas, como exemplos, Sipi X Sinan. Justificando a sua solicitação por da realidade em municípios menores, com menos acessos aos sistemas de denúncia e levantamento de dados concretos, do panorama de violências no âmbito municipal. Nadir provoca, ressaltando a importância da retomada de todas as comissões regionais de enfrentamento às violências, principalmente na necessidade de recursos para as CREVs, trazendo a importância de ações regionais que saiam da bolha da capital e tragam a realidade dos municípios.

Fernanda com a palavra, traz sua preocupação com a realidade de municípios de pequeno porte. Trazendo que a ficha Sinan, já um material pensado em âmbito nacional, questiona Carla, sobre as recomendações do ministério da



saúde ou da SESA em relação ao preenchimento da ficha por outros atores da rede, pois municípios maiores, com uma rede estruturada, já possuem elementos de notificação e cruzamento de dados, já estabelecidos e adaptados a suas realidades. Fernanda comenta, que a ficha Sinan, é um elemento dificultoso de ser preenchido, que traz elementos específicos em seu corpo, usando como exemplo o profissional professor, que dentro de sua área de conhecimento, talvez não conseguisse preencher a ficha, justificando seu apontamento enquanto técnica, em sua preocupação que nem todos os atores da rede tenham a possibilidade de preencher tal ficha, na questão de termos e cuidados sobre as anotações lá realizadas. Fernanda sugere, que seria de grande valia, utilizar um documento já construído, com orientações necessárias para seu uso, a ser implementado a todos os atores da rede.

Carla responde, trazendo um panorama histórico da implantação da ficha e da vigilância das violências no estado do Paraná, trazendo o exemplo do caderno orientativo, de 2018, que foi organizado de forma interdisciplinar, sobre o uso e informação da ficha Sinan. Sendo proposta a apreciação do documento. Juliana disponibiliza o caderno no grupo da CEIEV, agradece a presença e disponibilidade de todos e finaliza.

### **Encaminhamentos:**

- Disponibilização de materiais nos grupos e drive da comissão, com acesso para CREVs e membros da CEIEV.
- Organização de documentos a serem disponibilizados na aba site da CEIEV.
- Organização de espaço no drive, para feedbacks a respeito do 2º seminário estadual de enfrentamento às violências.